



PSD p.4

XXI Governo deve continuar o caminho que tirou o país da crise



PSD p.5

Defender o "interesse nacional"

Povo Livre



nº 1900

2 de Dezembro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



Lembrar o 25 Novembro

PSD e CDS-PP organizaram uma sessão que assinalou os 40 anos do fim do PREC

Lembrar o 25 Novembro



Os grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP organizaram, dia 25, uma sessão evocativa dos 40 Anos do 25 Novembro. A iniciativa contou com as intervenções do general Tomé Pinto e do historiador Rui Ramos, uma cerimónia que teve a presença do presidente do PSD, Pedro Passos Coelho e do líder do CDS-PP, Paulo Portas.

Na abertura da sessão, Luís Montenegro defendeu que no actual momento político os valores democráticos e da ética republicana estão “colocados em crise”. O líder do grupo parlamentar do PSD criticou os restantes partidos por não se terem juntado a PSD e CDS-PP nesta iniciativa, e afirmou: “Não nos conformamos com essa atitude. Infelizmente, vivemos tempos em que os valores democráticos - eu diria mesmo os valores da ética republicana - têm sido colocados em crise por variadas razões, e este foi apenas mais um exemplo”.

O líder parlamentar do PSD declarou que para os dois partidos “é um imperativo invocar os 40 anos do 25 de Novembro na Assembleia da República”. “Numa primeira hora, tivemos a anuência de todos os partidos para esse efeito”, alegou Luís Montenegro, acrescentando: “Numa segunda hora, tivemos a atitude de desrespeito, senão mesmo de desautorização, daquilo que foi uma decisão do senhor presidente da Assembleia da República de precisamente diligenciar no sentido de proporcionar essa evocação. Tivemos a desistência de todas as demais forças políticas, que muito lamentamos”.

O líder parlamentar do PSD passou, em seguida, a palavra ao general Tomé Pinto, um dos dois convidados para intervir nesta sessão, juntamente com o historiador Rui Ramos.

O general Tomé Pinto projectou um filme com imagens de arquivo da RTP, de cerca de 15 minutos, para contextualizar o 25 de Novembro de 1975. “Foram momentos muito difíceis para todos nós, para todo o povo português de norte a sul de Portugal”, comentou.

Depois, fez durante 40 minutos uma resenha dos acontecimentos que antecederam essa data histórica, elencando-os por ordem cronológica, e de outros posteriores, para ilustrar “o antes, o durante e o depois do 25 de Novembro”.

O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, e o presidente do CDS-PP, Paulo Portas, assistiram a esta sessão, que decorreu na sala do Senado da Assembleia da República, em Lisboa.



O PSD e o CDS-PP manifestaram a vontade de assinalar os 40 anos do 25 de Novembro de 1975, que marcou o final do Processo Revolucionário em Curso (PREC), numa carta dirigida ao presidente da Assembleia da República,

mas o grupo de trabalho criado pelo presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, para decidir sobre as eventuais iniciativas que assinalariam a efeméride, acabou por não reunir, porque os representantes de PS, BE, PCP e PEV não compareceram.

Pedro Passos Coelho regressa ao Parlamento

“Assumirei as funções para as quais fui eleito”



O presidente do PSD chegou ao Parlamento, dia 27, cerca das 11h20, para assumir o lugar de deputado, e afirmou que encara a sua mudança de funções “com muita naturalidade”. “Assumirei funções para as quais fui eleito, e exercerei aqui o meu papel também de líder do PSD, desta feita na oposição”, declarou Pedro Passos Coelho aos jornalistas. “Eu encaro isto com muita naturalidade”, sublinhou.

Quando entrou nos corredores da Assembleia da República, Pedro Passos Coelho foi rodeado pela comunicação social, e fez uma curta declaração, antes de se dirigir à sala de acolhimento aos deputados que iniciaram funções - 19 membros do anterior executivo PSD/CDS-PP e 21 substitutos de novos governantes do PS.

O presidente do PSD remeteu mais declarações para outra ocasião, mas avisou que não passará o tempo a falar aos jornalistas: “Teremos muitas ocasiões para falar. O facto de eu ser deputado não significa que falemos todos os dias e a todas as horas, e creio que todas e todos compreenderão isso”.

“Haverá evidentemente oportunidades em que poderemos conversar, outras em que não poderá ser assim”, reforçou.

Passos Coelho recordou que “já tinha sido presidente do PSD na oposição” entre 2010 e 2011. “Mas não era deputado. Agora, como deputado, não deixarei de assumir esse papel que cabe na liderança da oposição também ao PSD aqui no Parlamento. Eu encaro isto com muita naturalidade”, concluiu.



José Matos Correia

XXI Governo deve continuar o caminho que tirou o país da crise

O Governo recém-empossado deve dar continuidade ao “caminho que retirou o país da crise”. Para o vice-presidente do PSD, José Matos Correia, o discurso de António Costa foi “oposto à ideia de democracia”. “O que é exigível deste Governo é que tenha a responsabilidade suficiente para dar continuidade a um caminho que retirou o país da crise e que tem todas as condições para levar o país onde ele merece estar”, declarou o vice-presidente, no final da tomada de posse do XXI Governo Constitucional, que decorreu no Palácio da Ajuda, em Lisboa, dia 26.

Questionado acerca do discurso do Primeiro-Ministro, José Matos Correia vincou que “o apelo à moderação do doutor António Costa seria compreensível se o teor do seu discurso não se baseasse exactamente no oposto do que é a ideia de democracia. “O Partido Socialista optou por um caminho, optou por derrubar o Governo que tinha o apoio da coligação que ganhou as eleições e optou por fazer um entendimento em termos pouco claros com as forças políticas mais radicais da esquerda do parlamento”, afirmou, referindo-se aos acordos entre PS, PCP, BE e PEV.

José Matos Correia sublinhou que “quem fez uma opção tem que viver com ela, e é com base nesses acordos que o Partido Socialista terá de encontrar soluções”.



Quanto ao futuro do PSD foi taxativo: “Nós mantemos sempre a mesma atitude de responsabilidade

em função da nossa leitura daquilo que é o interesse nacional”.

Presidente da Câmara da Guarda pede políticas públicas para povoamento do interior



O presidente da Câmara Municipal da Guarda, Álvaro Amaro, apela aos políticos que assumam “políticas públicas” para povoar o interior do país com o objectivo de inverter a actual desertificação humana. “Como nós não estamos em monarquia, estamos em democracia, eu peço sempre a todos os políticos que assumem essas responsabilidades que pensem povoar o interior, que pensem nas políticas públicas que podem combater esta desertificação”, afirmou o autarca, no final da sessão solene comemorativa do Dia da Cidade.

Álvaro Amaro abordou o assunto no seu discurso, proferido na cerimónia que assinalou a atribuição da Carta de Foral à Guarda, pelo rei Dom Sancho I, em 27 de Novembro de 1199, destacando o papel que teve aquele monarca no povoamento do reino.

O autarca observou que “como um dia alguém escreveu, e bem, o [rei] Dom Sancho quando povoou o país também não fez as contas, adoptou essas políticas públicas”. “E agora é preciso fazer as contas do que vai custar ao país se não se adoptarem políticas demográficas de modo a que se equilibre o país. De modo que, se for preciso haver um Dom Sancho dos termos modernos em democracia, venha ele e nós por cá lhe agradeceremos muito”.

No discurso proferido na sessão solene comemorativa do 816.º aniversário da Guarda, Álvaro Amaro anunciou que o município, no âmbito de um plano Área de Reabilitação Urbana, irá recorrer aos fundos do programa

comunitário Portugal 2020 para recuperar a parte antiga da cidade e, em especial, o seu centro histórico.

Explicou que já apresentou o plano aos proprietários de prédios situados na parte antiga da cidade e que os mesmos manifestaram a intenção de “recuperar muitas daquelas casas”.

“Se esse instrumento financeiro não existir, nós encontraremos, porventura, outros mecanismos, sempre com a envolvimento dos próprios, para que nós possamos dar uma outra imagem, ainda melhor, mais atractiva, para que muitos mais ainda nos possam visitar”, disse na sua intervenção.

Na mesma sessão, onde esteve a Embaixadora de Israel, Tzipora Rimon, o município da Guarda entregou medalhas de mérito a sete personalidades, instituições e empresas do concelho, ao abrigo do Regulamento Municipal de Condecorações.

Foram galardoados a empresa Dura Automotive (multinacional alemã de componentes eléctricos para automóveis), o emigrante e empresário em França Jean Pina, o artesão Mateus Filipe Miragaia, a A.D.M. Estrela - Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos, a Casa de Saúde Bento Menni, o professor José Paulos e a Tuna Académica da Guarda - Copituna d’Oppidana.

O presidente da autarquia também recebeu a primeira Chave de Ouro da cidade, atribuída ao abrigo do novo regulamento Municipal de Condecorações.

Iniciativas com militantes do PSD

Defender o “interesse nacional”



O presidente do grupo parlamentar do PSD participou no painel “Portugal: Caminhos de Futuro” da Universidade J, organizada pela JSD/Madeira, em 29 de Novembro de 2015. Na véspera, sábado, Luís Montenegro esteve também em Esposende num encontro com militantes e autarcas sociais-democratas.

O líder da bancada parlamentar do PSD relembrou que dia 26 de Novembro de 2015 foi “um dia singular”, porque iniciou funções um Governo e um Primeiro-Ministro que “foram rejeitados pelo povo”, mas viabilizados por um entendimento dos partidos que perderam as eleições. “É um dia em que cessa funções um Governo e um Primeiro-Ministro que foram escolhidos pelo povo, mas alvo de uma rejeição por parte dos partidos que perderam as eleições”, criticou.

Sobre a acção futura do PSD, Luís Montenegro reiterou que o partido “fará aquilo que é a sua obrigação, que é em cada momento ter total liberdade para agir em conformidade com aquilo que é o interesse nacional”. “Com uma certeza que é do conhecimento público e generalizado dos portugueses: quem sustenta politicamente este Governo é o PS, BE, PCP, PEV e o PAN”, recordou.

Por sua vez, o secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, participou num convívio de militantes em Castelo de Paiva, no sábado, 28 de Novembro de 2015.





Leiria assinalou os 40 anos do 25 de Novembro

Numa conferência-debate promovida pela Associação Social-Democrata (ASD) de Leiria, realizada dia 24 de Novembro, foram recordados os “40 anos do 25 de Novembro de 1975”. O ex-presidente da Câmara Municipal de Óbidos, Telmo Faria, e António Zúquete, antigo dirigente distrital do PPD/PSD, foram os oradores da iniciativa.

Depois do presidente da ASD de Leiria, João Cunha, ter realçado a necessidade de assinalar a data, pelo seu significado para o país e para a região, onde a população do concelho de Leiria se mobilizou para cercar e libertar a Base Aérea N.º 5 de Monte Real, então ocupada, num golpe militar, pelas tropas pára-quadistas provenientes de Tancos, com o apoio do PCP e de outras forças sindicais e de esquerda radical, Telmo Faria começou por manifestar a sua “estranheza pelo facto de o país não estar a assinalar devidamente a data”. “Estou estupefacto. Parece que estamos numa várzea política, mas este foi um processo onde houve altos e baixos. Foi derrubado, em 25 de Abril de 1974 um regime autoritário e não se construiu logo o edifício democrático, já que entre aquela data e o 25 de Novembro de 1975 a democracia esteve suspensa, militarizada, radicalizada e extremada. Os militares não regressaram aos quartéis e tal situação manteve-se até à revisão constitucional de 1982 um órgão tutelar que foi o Conselho da Revolução. Já tinha havido nacionalizações “abrutalhadas”, tempos conturbados com diversas e permanentes acções militares na rua, civis armados, manifestações constantes, entre outras situações. Arriscámos uma guerra civil e há quem se esqueça disso. Muitos dos nossos jovens se lhes contarmos isto não acreditam”, declarou Telmo Faria.

“Só com as primeiras eleições legislativas, que permitiu formar o I Governo Constitucional de Mário Soares com os seus 38% dos votos expressos, foi retomada a normalidade da vida do país, tendo sido este, curiosamente, o primeiro governo minoritário da nossa democracia constitucional. Parece que hoje para se ser Primeiro-Ministro tem que se ter maioria absoluta”, sublinhou o ex-autarca.

O orador sublinhou também que “o designado arco da governabilidade começa na Assembleia Constituinte, gera-se dentro dela, com base num bloco moderado (PS, PSD e CDS) de 85 % dos votos, contra um bloco radical (PCP, MDP/CDE e UDP) minoritário.” E acrescentou: “A participação de Portugal na construção europeia nasceu deste bloco moderado, e isso tem relevo para os dias de hoje. O perdão de pena ao PCP que se verificou logo no rescaldo do dia 25 de Novembro de 1975, e que dura até aos dias de hoje, tem-lhe permitido gozar de imunidade plena no julgamento político, apesar da fase aguda que opôs Soares a Cunha. O único partido que se mantém igual, que não mudou, foi o PCP: mantém o mesmo programa, a mesma doutrina, o mesmo discurso, apesar

da simpatia do Sr. Jerónimo de Sousa. Temos, pois, ainda entre nós, um partido vincadamente marxista-leninista”, declarou.

E concluiu que lembrar o 25 de Novembro de 1975 “é evocar o nosso modelo de sociedade moderno, desenvolvido, europeu e de futuro”, que contrasta com o modelo que nos tentaram impor. “Temos que salientar o que é que esta data significa, qual o seu património simbólico nela incorporado. Foi esta data que permitiu concluir a elaboração da Constituição.”

António Zúquete começou por fazer uma retrospectiva histórica do contexto vivido nos anos de 1974 e 1975, para explicar os acontecimentos vividos em Leiria e Monte Real, na Base Aérea, naquele dia 25. Lembrou

Leiria e Monte Real, destacou o grande sentido patriótico e de muito bom senso de figuras do PSD e do PS, entre os quais, Tomás Oliveira Dias, José Ferreira Júnior, Mário Matias, João Eliseu e Vitorino Vieira Dias, que pela sua postura de diálogo permanente com a população conseguiram evitar o descarrilar da situação e evitar um banho de sangue.

Sublinhou ainda o papel da população civil do concelho, nomeadamente da freguesia da Bajouca, que corajosamente enfrentou os revoltosos, inicialmente apoiados de forma clara pelo PCP e pelos sindicatos, e forçou à rendição das tropas pára-quadistas, abortando a ocupação da Base Aérea, tendo detalhadamente contado os pormenores da sua presença dentro da Base Militar para negociações com os líderes da revolta.



que “Mário Soares veio do exílio em França com o espírito frentista da coligação Mitterrand/Marchais, mas acabou por perceber que em Portugal o PCP iria engolir o PS nesse frentismo”. “Este frentismo viria a ser estimulado pelo PCP, já sem o PS, mas com as forças da esquerda radical, o que levou à constituição da FUR – Frente de Unida Revolucionária e da denominada “Comuna de Lisboa”, explicou.

“Perante tal frentismo de esquerda, PS e PPD/PSD viriam a fazer manifestações conjuntas, mas sempre muito condicionadas pelas relações tensas que os dois partidos mantinham por questões de outra natureza”. António Zúquete recordou a coragem de Mário Soares e de Francisco Sá Carneiro, entre outras personalidades.

Relativamente aos acontecimentos concretos em

Face a estes acontecimentos e à actualidade, afirmou a sua convicção de que o PCP não mudou, sendo que a única diferença é que caiu o “Muro de Berlim”. “Não se entende como é que o PS veta na Assembleia da República uma moção sobre o 25 de Novembro, o que revela que está prisioneiro do PCP. Estranhamente, até as Forças Armadas não assinalaram a data, não se registando qualquer comemoração.”

Seguiu-se um debate animado, com testemunhos de protagonistas dos acontecimentos, dentro e fora da base, e do papel da população civil, nomeadamente da Bajouca, nestes acontecimentos. José Soares, ex-autarca daquela freguesia, elogiou a participação havida: “Fizemo-lo por Portugal!”

Aprovado o orçamento da UE para 2016

Reforça o apoio ao emprego e à solidariedade

A União Europeia vai ter em 2016 “um orçamento reforçado para promover o emprego e a solidariedade”. A garantia foi dada pelo eurodeputado José Manuel Fernandes, relator e líder da delegação do Parlamento Europeu para a negociação do orçamento da UE com o Conselho, cujo acordo final foi aprovado, dia 25, com 516 votos a favor, 179 votos contra e 8 abstenções no plenário que decorre em Estrasburgo.

No balanço das negociações, José Manuel Fernandes aponta que o acordo alcançado é “extremamente positivo e respeita todas as prioridades políticas definidas pelo Parlamento, designadamente no que toca ao apoio à promoção do emprego, dinamização da economia, valorização do conhecimento e da investigação na estratégia de crescimento e no reforço da capacidade de solidariedade interna e externa da União Europeia”.

O orçamento global da UE para 2016 é de 155.004,2 mil milhões de euros em dotações para autorizações e de 143.885,3 milhões de euros em dotações para pagamentos. Estes montantes representam um reforço das verbas previstas, em relação ao orçamento inicial proposto pela Comissão Europeia, em mais de 2.800 mil milhões de euros em dotações de autorização e de 2.150 mil milhões de euros em dotações de pagamentos. “Levamos o orçamento ao limite do possível, ao utilizarmos todos os recursos possíveis e ainda a totalidade do instrumento de flexibilidade para respondermos ao desafio da promoção do emprego e da ajuda aos refugiados”, explica José Manuel Fernandes e esclarece “foram esgotadas todas as margens orçamentais das rubricas relacionadas com o emprego, a coesão social e territorial, e a solidariedade interna e externa”.

Para responder ao grave problema dos refugiados, José Manuel Fernandes revela que nas negociações entre o PE e o Conselho conseguiu-se inclusivamente “ir além das margens disponíveis ao mobilizar a totalidade do Instrumento de Flexibilidade, no valor



de 1.530 milhões de euros”.

“Reforçámos as agências ligadas à questão da migração e dos refugiados, assim como os fundos e programas para apoiarem os mecanismos de resposta e acolhimento dos refugiados que chegam ao território europeu, assim como fundos e programas para actuar na origem do problema e combater as causas, com 2.972 mil milhões de euros”, adianta o eurodeputado e coordenador do PPE na comissão dos orçamentos.

José Manuel Fernandes realça que, “desta forma, a União Europeia tem garantidas condições para poder apoiar os refugiados que recebe internamente e, em simultâneo, actuar na origem deste problemático fenómeno, ou seja externamente, apostando na prevenção e reforçando a ajuda humanitária e os instrumentos de desenvolvimento e cooperação”.

Por outro lado, o acordo final para o Orçamento de 2016, em programas considerados fulcrais para o crescimento económico e a criação de emprego, com base no conhecimento, na investigação e na inovação, permitiu não só reverter os cortes inicialmente impostos pelo Conselho como aumentar os valores inicialmente projectados pela Comissão Europeia.

São os casos do Horizonte 2020 (programa para a ciência, investigação e inovação, reforçado em 31,8 milhões de euros), o Cosme (programa para financiar as PME, ampliado em 14,2 milhões de euros) e o Erasmus + (programa de apoio à juventude, reforçado em 6,6 milhões de euros).

José Manuel Fernandes destaca o facto de o programa Iniciativa Emprego Jovem ser avaliado em 2016, de forma a que, “depois do sucesso da sua implementação, possa prosseguir tendo em conta o resultado dessa avaliação”.

O orçamento da UE para 2016 garante ainda um reforço nos apoios aos agricultores em 500 milhões de euros, para fazer face à crise do leite e ao embargo russo.

“Portugal continua a estar centro das atenções dos investidores”

“Portugal continua a estar no foco, no centro das atenções dos investidores”, declarou Miguel Frasquilho, que esteve em Díli, Timor-Leste, na semana passada.

“Este ano melhorou face a 2014 e é muito importante que assim seja, para sustentar a recuperação da nossa economia e o processo de internacionalização e de subida das exportações, precisamos de mais e melhor investimento. São boas notícias”, afirmou.

Miguel Frasquilho recordou alguns projectos concretizados, nomeadamente no “cluster” aeronáutico em torno à Embraer, na ampliação da fábrica da Citroen em Mangualde e outras “intencões quase concretizadas”. Referiu que há ainda “outros investimentos assinalados” em sectores como as tecnologias de informação e comunicação, o sector agro-alimentar, moda, calçado e vestuário e os centros de serviços partilhados.

Miguel Frasquilho disse ainda que está praticamente concluído o processo de alargamento da presença da AICEP nos países membros da CPLP, com aberturas de delegações este ano na Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e agora em Timor-Leste, faltando apenas a Guiné Equatorial, onde deverá ser inaugurado um escritório em 2016. “É um sinal muito forte, de compromisso que a AICEP dá para vincar a importância dos negócios em português, da actividade económica em português e da importância que Portugal dá à CPLP”, afirmou.

Uma presença importante, apesar das relações “ainda insipientes” com alguns mercados, quer para as empresas portuguesas quer para as nacionais de cada um dos mercados lusófonos. “É importante que haja este apoio no terreno, para consolidar, para aumentar, para termos relações económicas mais forte, quer comerciais quer de investimento, entre os nossos países”, frisou.

Uma estratégia, disse, que pretende promover as relações económicas nos dois sentidos, para desenvolver “Portugal e as empresas portuguesas, mas também as economias dos países lusófonos”.

O presidente da Agência para Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) efectuou uma visita a Timor-Leste, com o objectivo de reforçar as relações económicas bilaterais e inaugurar a delegação da entidade em Díli.



Manuel Frexes

“Preservar a memória do 25 de Novembro é preservar as nossas escolhas”

Numa intervenção em que evocou o 25 de Novembro de 1975, Manuel Frexes frisou que “o que o povo não decidiu não poderá nunca ser uma escolha do povo”. “Se o dia 25 de Abril de 1974 foi o dia fundador do Portugal livre democrático, o dia 25 de Novembro de 1975 foi o dia que confirmou a liberdade e a democracia que esse Abril nos trouxe. Evocar aqui os 40 anos do 25 de Novembro não pode nunca ser considerado um exercício saudosista, nem tampouco ser relegado para o campo das efemérides menores. Quem lutou pela democracia, quem ama a democracia tem o dever da memória e tem o direito à memória. É esse dever e esse direito que hoje aqui exercemos”. Foi com estas palavras que Manuel Frexes começou a sua declaração política em que fez uma evocação do 25 de Novembro de 1975.

De seguida, o parlamentar recordou que os dias e os meses que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 ficaram marcados pelas forças diversas e pelas visões tantas vezes divergentes que cada um defendia para a sociedade portuguesa. “De um lado, o projecto de uma sociedade de modelo soviético, totalitário e centralizador, protagonizado pelas chamadas forças de esquerda, cujos ecos, anacronicamente, ainda chegam até hoje. De outro lado, uma mundividência assente na social-democracia, nas liberdades individuais, na abertura ao mundo, de um lugar por inteiro numa Europa de onde até então tínhamos estado arredados. Nesta fileira, contava-se o então Partido Popular Democrático, hoje Partido Social Democrata, assim como o Partido Socialista e o CDS. E nessa história da consolidação do Portugal livre e democrático uma data sobressai, e essa data é o 25 de Novembro de 1975”.

De acordo com o deputado, esse dia marcou um ponto



de viragem no que poderia ter vindo a ser uma deriva revolucionária que afastaria Portugal dos valores da liberdade, da democracia e da Europa. “Nesse dia e nos que se seguiram, os portugueses disseram que caminho queriam seguir, e esse caminho não era, definitivamente, o caminho do totalitarismo, do radicalismo, da supressão do indivíduo em nome de um todo-poderoso estado. No

dia 25 de Novembro, resgataram-se os valores de Abril que alguns queriam fazer reféns dos seus próprios valores e princípios. Essa foi a escolha do povo português, que apoiou com inequívoca determinação os protagonistas desse dia. Protagonistas que, sem nomear nenhum, mas lembrando todos, aqui assinalamos, aqui enaltecemos e aqui agradecemos”.

Na opinião de Manuel Frexes o 25 de Novembro de 1975 recorda-nos que nada pode ser dado como adquirido. “Porque mesmo aqueles valores que julgamos basilares e inegociáveis do nosso regime democrático e que deviam nortear, sem excepções e sem subterfúgios, uma convivência democrática madura e plena são ainda hoje postos à prova. Derrubar à nascença um governo legítimo saído da vontade expressa dos eleitores e forçar a formação de um outro – ainda que de um governo de recurso e com prazo de validade perigosamente indefinido - sem ter ganho as eleições, é uma das mais graves subversões democráticas a que os portugueses estão hoje a assistir, num misto de incredulidade, receio e perplexidade. Lamentável é que, na campanha eleitoral, o Dr. António Costa não tenha exposto aos portugueses as suas verdadeiras intenções”.

A terminar, o deputado afirmou que “a política, tal como tudo na vida, é feita de escolhas. Há 40 anos, os portugueses escolheram o caminho da democracia, o caminho da Europa, o caminho da liberdade, iniciado um ano antes, no dia 25 de Abril de 1974. Preservar a memória do 25 de Novembro é também preservar as nossas escolhas, as escolhas que, a cada momento, o povo português decide fazer. É preservar o respeito pelas decisões do povo. O que o povo não decidiu não poderá nunca ser uma escolha do povo”.

PSD pergunta ao BE e ao PCP se vão associar “ao PS para roubar os trabalhadores”



O PSD questionou os deputados do BE e do PCP se “vão juntar-se ao PS para roubar os trabalhadores”, se “vão ficar fiéis” aos eleitores ou “se vão saltar esse muro”, mostrando-se preocupado com os “desentendimentos das esquerdas”. O deputado do PSD Leitão Amaro falava na sua intervenção inicial no plenário da Assembleia da República, que discutiu diversos diplomas apresentados pelo PS, incluindo o que reduz para metade a sobretaxa de IRS e reverte os cortes salariais ao longo de 2016, de forma progressiva em cada trimestre.

Leitão Amaro dirigiu-se aos deputados do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português e deixou uma série de perguntas: “E o vosso discurso? E o vosso programa eleitoral? Como é que estão ao lado das propostas do PS? Ou não vão apoiar essas propostas? Preocupa-me começarmos com um desentendimento entre estas esquerdas”.

Para o deputado social-democrata, “se [as bancadas do BE e do PCP] aprovarem as propostas do PS, vão estar a aprovar também austeridade”, porque mantêm a sobretaxa ainda que a metade do valor e mantêm os cortes salariais, embora revertidos gradualmente. “É difícil, é doloroso, mas como é que fica o vosso discurso de que ‘quem mexe em salários e pensões está a roubar os trabalhadores e os pensionistas’? Mudou? Vão juntar-se ao PS para roubar os trabalhadores?”, lançou ainda Leitão Amaro.

“Vão ficar fiéis aos vossos compromissos ou à vossa história? Vão ficar fiéis aos vossos eleitores, aos 18% de eleitores que em vós votaram? Ou vão saltar esse muro para se aliarem ao PS?”, questionou o deputado do PSD.

Duarte Freitas no encerramento do debate no Parlamento dos Açores

Propostas do Plano e Orçamento para 2016 são “antigas”



Para o presidente do PSD/Açores, o Plano e Orçamento para 2016 do executivo regional recuperam “propostas antigas” e defendeu um “sobressalto democrático” para terminar com 20 anos de governos socialistas. “O Plano e Orçamento que aqui discutimos são passado. São mais do mesmo. Apresentam propostas antigas. Propostas que não foram cumpridas noutros orçamentos e que agora o Governo Regional vem apresentar como se fossem grandes novidades”, afirmou Duarte Freitas, no encerramento do debate sobre estes documentos no Parlamento dos Açores, dia 26.

O líder do PSD regional defende que o arquipélago precisa de um “sobressalto democrático que produza mais igualdade social, diminua drasticamente o abandono escolar, crie um ensino com mais qualidade (...) e garanta a liberdade individual a cada cidadão”. “Depois de três anos a queixar-se da austeridade que o engordou, o Governo Regional chega aqui de novo com o discurso da opulência enganadora e dos milhões que gastou sem resultados”, referiu Duarte Freitas, apelando aos açorianos para nas eleições regionais de 2016 ajudar o PSD a vencer o governo socialista que “puxa os Açores para trás”.

Duarte Freitas considerou que as contradições do actual ciclo de governação são “extraordinárias”, apontando como exemplo o facto de os Açores terem as

melhores instalações escolares, mas as maiores taxas de abandono escolar e gravidez na adolescência, ou de a região ter melhor peixe e carne, mas ter de “forma persistente” as maiores taxas de pobreza.

“O governo é dos Açores, mas os Açores não são do governo”, afirmou o líder do PSD no parlamento, alegando ser “urgente mudar de vida nos Açores e mudar de governo”.

O voto contra dos sociais-democratas açorianos ao Plano e Orçamento proposto pelo Governo regional socialista há muito que está anunciado, mas hoje Duarte Freitas venceu que o partido votará contra por ser preciso imprimir “transparência, a despartidarização e colocar a administração pública ao serviço dos cidadãos”.

Igualdade é um “princípio unificador”

Duarte Freitas defende a igualdade como o princípio unificador, “que hoje se justifica invocar, como em nenhum outro momento na história da nossa Autonomia”.

Na sua intervenção, Duarte Freitas falou “do futuro”, porque “é cada vez mais urgente encontrar cami-

nhos que possam retirar os Açores da grave situação social em que se encontram”.

Elencando “o Emprego, a Saúde, a Educação, os Transportes, a Agricultura e as Pescas” como a base da proposta social-democrata para os Açores, o presidente do partido defendeu “a Igualdade de oportunidades. Que permita aos açorianos a sua autonomização enquanto pessoas e enquanto cidadãos. Que permitam aos filhos e aos netos açorianos melhores condições de vida do que tiveram os seus pais e avós”, afirmou.

“Defendemos a igualdade para facilitar às empresas os meios necessários à sua actividade e o acesso facilitado ao mercado, garantindo a criação de emprego sustentável”, disse Duarte Freitas.

Para o líder do PSD/Açores, “se quem governa quer ter crédito, tem de se habituar à crítica. E se quem critica quer ter crédito tem de apresentar uma alternativa. É o que temos feito, mas não é o que faz o governo”. Defendendo também “a transparência e a despartidarização” como imperativos e necessidades “muito claras para o PSD/Açores”, Duarte Freitas garantiu que pretende colocar a administração pública “ao serviço dos cidadãos”. E, enquanto futuro responsável pelo governo açoriano, assegurou “que a coesão social e territorial serão um objectivo permanente da nossa acção governativa”.

Governo regional apresenta um orçamento sem credibilidade

O PSD/Açores reforçou a opção de votar contra o Plano e Orçamento da região para 2016, frisando não querer ficar associado “à ilusão do irrealizável e aos insucessos que continuam a penalizar as famílias e as empresas. Demos dois anos de benefício da dúvida, abstendo-nos em 2013 e em 2014, e votámos contra em 2015, como faremos agora, pois mantém-se um rumo que não reconduziu os Açores ao progresso”, afirmou o vice-presidente do grupo parlamentar, António Marinho.

O social-democrata referiu que, “este último dos quatro anos que serão julgados em 2016, poderia ser uma última oportunidade para cumprir expectativas. Mas o que é proposto é a confirmação da incapacidade que o governo tem revelado para fazê-lo”.

Segundo António Marinho, “os açorianos assistem à falta de estratégia e de políticas consequentes, que recolhem os Açores em condições de enfrentar o futuro. E que dêem condições de exercício de actividade às empresas, os verdadeiros motores de criação de riqueza e emprego, proporcionando qualidade de vida às pessoas que vivem nestas nove ilhas”, adiantou.

António Marinho referiu que o PSD/Açores vai, ao longo destes dias, “lembrar o muito que foi prometido e nunca cumprido. E que mais uma vez tende a não ser objecto de concretização neste ano que resta ao governo para dar uma prova de vida”.

Focando-se na actual legislatura, o deputado lembrou que os Açores “deviam ter beneficiado de 437 milhões de euros com o Plano de 2013, dos quais apenas se cumpriram 85%, com 373 milhões de euros. Em 2014, o Plano devia ter trazido 433 milhões de euros aos açorianos, mas deixou 115 milhões de euros para trás e só



cumpriu com 318, executando 73%. No ano em curso, em que a promessa era de 484 milhões de euros, e a um trimestre do final do ano, estão 203 milhões executados, apenas 42%”, elencou.

E deu exemplos concretos, “como o da Escola Secundária das Lajes do Pico, que figura há 17 anos, já teve 34 milhões de euros reservados, mas que ainda continua nas mesmas instalações e a funcionar sem condições adequadas. Também por isso, fica a pergunta: Dos 524 milhões de euros que o governo colocou no papel para 2016, é sério dizer que serão efectivamente concretizados?”, avançou.

“Mas à nossa frente temos falta de novidade e o prosseguimento de um modelo de intervenção na sociedade que tem sido incapaz de resolver os problemas, ou que até os tem intensificado”, lamentou o social-democrata, acrescentando que “é manifesta a insensibilidade com os anseios das pessoas e das empresas”.

António Marinho acusou o governo “de fugir à denúncia dos problemas. Não por vergonha, mas sim para que, pelo desconhecimento, seja assegurada a sua perpetuação no poder”, considera. “E esta última oportunidade do governo não altera, definitivamente, o rumo que os Açores seguiram nos últimos anos, que levou a que o RSI atinja a maior percentagem a nível nacional, quase quatro vezes mais a média do país. O rumo que levou mais de 70% das famílias açorianas a sobreviverem com menos de 530 euros mensais, levou o abandono escolar precoce a atingir máximos nacionais, conduziu à insegurança na saúde, e que nos levou a níveis de desemprego elevados, designadamente na população jovem”.

“O Governo Regional, uma vez mais, não ouviu os açorianos e deixou-os à sua sorte. Pelo que, da nossa parte, só podemos votar contra, e apresentar propostas pontuais para minimizar alguns danos na vida das famílias e das empresas”, concluiu.



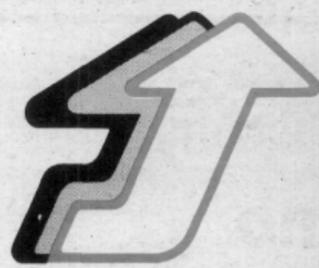
Medidas adicionais de apoio ao sector leiteiro

Os deputados do PSD/Açores eleitos na Assembleia da República entregam na semana passada um projecto de resolução que recomenda ao Governo “a defesa de medidas comunitárias adicionais para a bovinicultura de leite na região. Trata-se de fazer face às dificuldades dos produtores, após o fim das quotas leiteiras, realidade que terminou a 31 de Março”.

Berta Cabral e António Ventura cumprem assim “um compromisso assumido durante a campanha eleitoral”, sendo que aquele assunto “é uma preocupação regional, presente em 46% da economia do arquipélago, que é o referente ao peso da produção de leite”, avançou António Ventura.

Segundo o social-democrata, “os atuais instrumentos de segurança são demasiado fracos para assegurar aos produtores uma protecção face a uma eventual queda dos preços”. “E uma fileira do leite com rendimento tem um efeito positivo sobre todos os restantes sectores da economia regional, pois significa riqueza e emprego, que é aquilo de que os Açores precisam”, considera António Ventura.

O social-democrata explica que a iniciativa visa instar a União Europeia “a adequar instrumentos de intervenção que compensem efectivamente a perda de rendimento dos produtores de leite, enquanto mecanismo de regulação da oferta”.



Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Cavaco Silva aos Portugueses

VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR

- **A maioria do Povo Português não quer ver o País voltar para trás**



MONUMENTO A SÁ CARNEIRO

A Comissão Executiva da Construção do Monumento a Sá Carneiro enviou à Câmara Municipal de Lisboa o projecto definitivo do Monumento a erigir na Praça Francisco Sá Carneiro (gravura anexa).

Recorde-se que o dinheiro para aquela obra foi obtido através de subscrição pública da iniciativa do jornal «O Dia», tendo-se constituído em 1981 uma Comissão integrada pelos drs. João Cordeiro Pereira (presidente) e Fernando Amaral e arquitecto Eduardo Bairrada.

Em 1982 e 1983 realizaram-se, sucessivamente, concursos públicos para a construção do Monumento, que não obtiveram êxito. Em consequência, a Comissão promoveu um terceiro concurso restringido a três equipas, a que o júri atribuiu um primeiro prémio. No entanto, em Janeiro de 1986, a Comissão foi informada pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa da impossibilidade da execução do Projecto vencedor, por razões económicas, técnicas e urbanísticas.

Em face dos insucessos anteriores, a Comissão, em Fevereiro do corrente ano incumbiu o arquitecto Fernando Mesquita Ramalho e o prof. escultor Soares Branco de concretizarem um projecto que correspondesse aos condicionamentos estabelecidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

Há cerca de um ano, em Novembro de 1985, a Assembleia da República votou o nosso programa de Governo para os próximos quatro anos, um programa que visa o cumprimento das promessas que fizemos na campanha eleitoral.

Para nós é ponto de honra cumprir aquilo que prometemos.

Nem sempre foi assim com outros no passado. Mas já era tempo de mudar.

É por isso que temos insistido na Assembleia da República com os partidos da oposição para que nos deixem governar, para que

nos deixem cumprir o nosso programa.

Face aos injustificados obstáculos criados à nossa acção por alguns partidos da oposição solicitámos, há cerca de cinco meses, no final de Junho, um voto de confiança à Assembleia da República.

A resposta dada foi afirmativa, como se lembram. A Assembleia da República votou favoravelmente a confiança ao Governo.

Depois disto, os portugueses deverão ter dificuldade em entender que a mesma Assembleia continue a criar entraves à acção do Governo, só pelo facto

do partido que o apoia, apesar de ser o mais votado, não ter a maioria dos deputados.

É legítimo que os portugueses se interroguem sobre o que querem afinal esses partidos da oposição.

Tornar o País ingovernável?

Fazê-lo voltar para trás, para uma situação de crise e austeridade?

A luta entre os partidos tem que respeitar certas regras. Ninguém tem o direito de pôr em causa os superiores interesses do País.

(Continua na página 2)

VOTAÇÃO DO PSD em Freguesia-tipo: 38,28 por cento

O PSD foi o partido que averbou mais vitórias nas eleições intercalares autárquicas, realizadas no passado domingo em diversas freguesias do País, nomeadamente em Rio Tinto (Gondomar), Águas Santas (Maia) e Tourigo (Tondela). Também no concelho de Montijo, as listas de coligação integradas pelo PSD ganharam em quatro das cinco freguesias chamadas às urnas.

A grande vitória eleitoral em Rio Tinto (o PSD obteve 38,38% dos votos) foi particularmente significativa, pois essa localidade é considerada uma freguesia-tipo do ponto de vista eleitoral o que permite fazer a extrapolação de âmbito nacional. Este resultado exprime o aumento crescente do eleitorado PSD desde as Legislativas de 1985, resultante da adesão popular ao Governo do Prof. Cavaco Silva.



Isto só visto!

Rosa Arezes (*)

Acaba de tomar posse um Governo minoritário presidido por António Costa, o grande derrotado nas eleições de 4 de Outubro. Não teve maioria absoluta, como há uns meses todos os opinadores garantiam. Nem sequer ganhou por pouquinho. Nem perdeu à tangente.

António Costa foi o grande derrotado, mas acaba primeiro-ministro. Na base desta solução inconsistente, frágil e eticamente reprovável, está uma maioria negativa que inclui o apoio dos bloquistas e dos comunistas, dois partidos com ideologias claramente opostas àquilo que é a matriz democrática portuguesa, desde o 25 de Novembro de 1975, e também em oposição permanente à cultura democrática da Europa em que nos integramos.

Com toda esta ligeireza, Costa rompeu uma prática de 40 anos. Afrontou os vencedores e deixou-se enredar no radicalismo extremista, garantindo ter conseguido um acordo de base com esses partidos anti-Europa, anti-euro...

Acontece que o primeiro sinal objectivo de preocupação perante tamanha irresponsabilidade já foi dado. Ainda antes de o Governo tomar posse, o PS apresentou no Parlamento projectos de lei sobre a revogação da sobretaxa de IRS e sobre a reposição dos salários dos funcionários públicos.

Mas o inacreditável sucedeu: não havia acordo com o PCP e com o Bloco, no primeiro caso, e, no segundo, o PS apenas tinha chegado a um entendimento com o BE, não com o PCP. Quer dizer, o tal acordo de base que, há já algumas semanas, Costa garantia existir não passava, afinal, de uma mera declaração de intenções.

Para começar, não podia ser pior. Vamos ver o que sucede com toda a outra "narrativa" cor-de-rosa, sobretudo quanto à bandeira do "fim da austeridade" e à promessa do céu a quase todos, ao mesmo tempo que jura assegurar os compromissos internacionais, tais como as regras do euro e a redução do défice orçamental.

Vamos ver como António Costa consegue mais crescimento, menos desemprego, menos défice e menos dívida. Vamos ver como acelera significativamente o crescimento económico (que agora deve andar em 1,7% do PIB), atraindo investimento empresarial com o apoio do PCP e do Bloco, dois partidos que são frontalmente hostis à iniciativa privada.

Se o conseguir, ainda bem para todos nós. Caso contrário, cairemos, mais uma vez, no buraco do passado socrático, agora em versão recauchutada. E todo o esforço dos Portugueses nos últimos anos terá sido desperdiçado, irresponsavelmente.

Só outro caso paradigmático. Menos de 24 horas depois de o Governo tomar posse, a maioria da esquerda aprovou, na generalidade, 10 diplomas que ditam a reversão das sub-concessões de transportes públicos de Lisboa e do Porto.

E assim se vai voltar a um modelo falido, que mais não é do que um sorvedouro de milhões e milhões, pagos por todos os Portugueses, mesmo sem viverem naquelas cidades. Mais uma vez, preconceitos ideológicos acabaram por ditar leis, como se não fosse possível e até desejável público e privado trabalharem em parceria.

Mas isto não interessa a determinados sectores da esquerda que nos transportes têm o seu reduto de agitação de rua. Nos últimos quatro anos, os comunistas da CGTP não tiveram descanso: houve mais de mil greves nas empresas públicas de transportes.

Diz António Costa que "Palavra dada é palavra honrada". Só que até aqui não foi assim muitas vezes. Vamos ver como será de agora em diante!

(*) Ex-Deputada do PSD



O **PPD/PSD** e o **CDS-PP**, convidam-no a estar presente na próxima sexta-feira, dia **4 de dezembro**, na missa pelo 35º aniversário da morte das vítimas da tragédia de Camarate.

10h30 - Missa na Basílica dos Mártires, Lisboa.

Pretendemos lembrar a memória, no dia 4 de Dezembro de 1980, de:

*Francisco Sá Carneiro
Adelino Amaro da Costa
Snu Abecassis
Manuela Amaro da Costa*

*Afonso Patrício Gouveia
Jorge Albuquerque
Alfredo de Sousa*

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir no próximo dia 11 de Dezembro de 2015 (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua da Liberdade nº38, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da Situação Política

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir, no próximo dia 05 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 16h00 na sede, sita na Rua de Trás os Montes, nº 4 B - Charneca da Caparica, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

BENAVENTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Benavente, para reunir no próximo dia 09 de Janeiro de 2016, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Praça Doutor Anselmo Xavier, nº 13 - 1º, com a seguinte

Ordem de trabalho:

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção - Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção.

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 17h00.

CANIDELO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia do núcleo de Canidelo - Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro de 2015, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1321, Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política.
- 2 - Definição de regras internas relativas à organização das mesas de voto nos actos eleitorais na freguesia de Canidelo

LEIRIA / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de Dezembro de 2015, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Plano de actividades / 2016
- 3 - Congresso Autárquico
- 4 - Análise da situação política distrital e nacional

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loures, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de Dezembro de 2015, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja nº 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 11 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política a nível local e nacional

MOURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moura, para reunir, em sessão extraordinária no próximo dia 05 de Janeiro de 2016, (terça-feira) pelas 18h00, na sala 01 do Hotel de Moura, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas - As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00 horas.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Dezembro de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua 1º de Dezembro, 45, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações gerais
- 2 - Análise da situação política local e nacional

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 11 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00 no Auditório do Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel, sito na Rua D. António Ferreira Gomes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Apreciação e votação da proposta de orçamento para 2016
- 2 - Análise da situação política

PORTO / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir, no próximo dia 04 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h30 no Hotel Crowne Plaza Porto, sito na Av. Avenida da Boavista, 1466, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações gerais
- 2 - Análise da situação política

SANTARÉM /DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir, no próximo dia 09 de Dezembro de 2015, (quarta-feira) pelas 21h00 na Biblioteca Municipal de Almeirim, sita no Parque Alfredo Bento Calado - Av. 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Ponto único - Análise da situação política actual

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir, no próximo dia 12 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 15h30 na sede, sita na Calçada de Mem Ramires, nº 10, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política

SATÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Satão, para reunir no próximo dia 08 de Janeiro de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalho:

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção de Satão

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 20h00.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Dezembro de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00 no Auditório da Junta de Freguesia de Ermesinde, sita na Rua Dom António Ferreira Gomes, 365, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir, no próximo dia 11 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Outros assuntos



RECTIFICAÇÃO

CASCAIS

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Cascais para reunirem em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 12 de Dezembro de 2015 (Sábado), pelas 20:00, na sede Concelhia do PSD de Cascais, sita no Largo da Estação, nº 4 - 1º andar, 2750-340 Cascais, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Concelhia do PSD Cascais, sita no Largo da Estação, nº 4 - 1º andar, 2750-340 Cascais, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 20:00 e as 22:00.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Ponte da Barca para reunir no dia 13 de Dezembro de 2015, Sábado, pelas 17h00m, na Junta da União de Freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil, sita no Lugar da Igreja, Entre Ambos-os-Rios, Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política local, distrital e nacional.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Sintra para reunir no dia 9 de janeiro de 2016 (sábado), pelas 18:00, na sede do PSD Cacém, sita na Av. Dos Bons Amigos, 37 – 1º C, Agualva Mira Sintra, 2735-077 Agualva-Cacém, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política da JSD Sintra.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD Cacém, sita na Av. Dos Bons Amigos, 37 – 1º C, Agualva Mira Sintra, 2735-077 Agualva-Cacém, respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD.

O ato eleitoral decorrerá entre as 18:00 e as 22h.

VINHAI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Vinhais, para reunir no próximo dia 10 de Janeiro de 2016 (Domingo) pelas 14h00m, na Sede do PSD, sita no Largo do Arrabalde, n.º 17, em Vinhais, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas de candidatos devem ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia da JSD Distrital de Bragança ou a quem estatutariamente o possa substituir, até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 14h00 às 16h00.

**DESPACHO**

ASSUNTO: - Atualização de Militantes inativos – Pagamento de Quotas

No âmbito das minhas competências como Secretário-Geral e atendendo ao facto de estarmos neste momento a proceder à revitalização dos ficheiros do PSD, tendo em vista apoiar e incentivar a reativação e atualização da condição dos militantes inativos, determino que:

- Todos os militantes que se encontrem na situação de “inativos” podem, a título excepcional, reativar a sua militância, bastando para isso pagar **1 ano** de quotas, enviando o pagamento juntamente com o comprovativo de morada.
- Esta medida entra em imediatamente em vigor e prolonga-se até Junho de 2016.

O presente despacho interpretativo produz efeitos a partir desta data.

O Secretário-Geral

 José Manuel de Matos Rosa

Lisboa, 30 de novembro de 2015

Distribuição/Publicação

- "Povo Livre"
- site do PSD
- Presidentes das Comissões Políticas Regionais, Distritais e de Secção

**III CONSELHO NACIONAL / 2015**

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **10 de Dezembro, quinta-feira, às 21H00, no Hotel Sana**, em Lisboa (Av. Fontes Pereira de Melo, 8), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1: Aprovação do Orçamento do PSD para 2016;
- Ponto 2: Marcação da data das eleições directas para Presidente da Comissão Política Nacional e aprovação do respectivo Regulamento;
- Ponto 3: Convocação do 36º Congresso Nacional e aprovação do respectivo Regulamento;
- Ponto 4: Análise da situação política;
- Ponto 5: Eleições Presidenciais: aprovação da proposta da Comissão Política Nacional de apoio a uma candidatura à Presidência da República nos termos da alínea g) do artigo 18.º dos Estatutos do PSD.

O Presidente da Mesa do Congresso

Fernando Ruas

Lisboa, 25 de Novembro de 2015